



ACÓRDÃO Nº1893/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11363/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Apuí.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Flaviano Carvalho de Souza (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5516/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho , Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Apuí. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Apuí, sob a responsabilidade do **Sr. Flaviano Carvalho de Souza**, exercício 2019, nos termos dos artigos 1.º, II, 22, III, alíneas "b" e "c", e artigo 25, parágrafo único, todos da Lei Estadual n. 2.423/1996 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas), e artigo 5.º, II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas); pelas Restrições: Achado de Auditoria nº 01 Valores pendentes de regularização constantes das demonstrações contábeis; Achado de Auditoria nº 02 Admissão de servidores para cargos com atribuições típicas de cargos permanentes, definidos em Plano de Cargos e Carreiras do Órgão, sem concurso público; Achado de Auditoria nº 03 Ausência de atestado da entrega/implementação de objeto contratual; da Notificação nº 01/2020-CI-DICAMI (fls.383-446); bem como pela Restrição 2.1.1 (Achado 2) O Projeto Básico não possui Desenho Técnicos que representem os elementos gráficos mínimos para caracterização/execução do objeto; Restrição 2.1.2 (Achado 6) O Orçamento não possui Composição de Custo Unitários que



ACÓRDÃO Nº1893/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

apresentem coeficientes de produtividade, consumo e preço, inclusive BDI e Leis Sociais, com base em sistemas de referência ou criados com base em preços de mercado; Restrição 2.1.3 (Achado 8) O Projeto Básico não possui Memória de Cálculo detalhada, identificando a área, a especificação do material, e locação em planta e quantitativo total dos serviços; da Notificação nº 207/2022-DICOP;

10.2. Aplicar Multa ao Sr(a). Flaviano Carvalho de Souza, Gestor à época da Câmara Municipal de Apuí, no valor de **R\$ 15.634,39 (quinze mil, seiscentos e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos)** e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com base no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar à Câmara Municipal de Apuí, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 54, inciso IV, alínea c, da Lei estadual nº 2.423/1996, para que tome as devidas providências no sentido de :

10.3.1. Quanto ao aprimoramento das práticas de controle do almoxarifado do órgão, conforme arts. 94 e 95 da Lei federal nº 4.320/64;

10.3.2 Viabilize a organização de seu quadro de pessoal, providenciando a realização de concurso público conforme exigência do art. 37 da CF/88, no prazo de **60 (sessenta) dias**.

10.4. Dar ciência ao Sr. Flaviano Carvalho de Souza, Gestor à época da Câmara Municipal de Apuí, acerca da decisão, ficando autorizado a



ACÓRDÃO Nº1893/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

emissão de uma nova notificação aos Interessados caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM).

11- Ata: 40ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 1 de novembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente– não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral